

Julgamento e Tomada de Decisão (JDM) dos Profissionais da Contabilidade na Mensuração do Ativo Imobilizado

ANGELA MARIA HABERKAMP
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES (UNIVATES)
angelamh@univates.br

Introdução

Dentre as pesquisas relacionadas às alterações introduzidas pela IFRS no Brasil, a mensuração dos ativos é objeto de estudo frequente. Provavelmente porque estes itens costumam ser de significativa representatividade em relação ao valor total da empresa. Em função de adequações dos ativos, as empresas podem apresentar impactos expressivos em seu resultado, como a Vale do Rio Doce, que registrou perdas de R\$ 33,1 bilhões em 2015, em função do ajuste do valor dos ativos (ALERIGI JR, 2016).

Problema e Objetivo de Pesquisa

Serão utilizadas a Teoria Institucional e a da Racionalidade Limitada de forma conjunta. Isto porque, características da organização também influenciam as decisões, mas a maior parte da literatura apresenta apenas uma ou outra abordagem (ZORN, FLANAGIN, SHOHAM, 2010). Assim, a identificação das variáveis que influenciam o JDM, considerando o contexto do ambiente (Teoria Institucional) e do indivíduo (Racionalidade Limitada), tornarão o estudo mais completo.

Fundamentação Teórica

P1: Os profissionais da contabilidade estão mais propensos a utilizarem a IFRS de forma parcial.

P2: O JDM do profissional da contabilidade em relação à escolha da forma de mensuração do imobilizado é influenciado por pressões isomórficas coercitivas, miméticas e normativas.

P3: A racionalidade limitada está mais presente do que as pressões isomórficas institucionais.

P4: A pressão coercitiva está mais presente do que a normativa e mimética.

Metodologia

Pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas em profundidade, análise da legislação, das Notas Explicativas anexas as Demonstrações Contábeis das empresas pesquisadas. População: contadores de empresas que publicam as demonstrações contábeis (indústrias, prestadoras de serviços e entidades sem fins lucrativos). As entrevistas serão gravadas, transcritas e codificadas com base nas teorias, em software específico.

Análise dos Resultados

Se espera identificar que a IFRS não é plenamente atendida, em função da cultura contábil e da forte influência das regras tributárias. Espera-se que estejam presentes todos os tipos de pressões isomórficas no JDM dos contadores pesquisados, principalmente a coercitiva (legislação). Espera-se ainda que as variáveis relacionadas à racionalidade limitada sejam as mais presentes.

Conclusão

As análises e conclusões iniciais confirmam os resultados esperados, principalmente em relação a presença da pressão coercitiva, advinda da legislação.

Referências Bibliográficas

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational field. *American Sociological Review*, Washington, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

SIMON, Herbert A. A behavioral model of rational choice. *Quarterly Journal of Economics*, New York, v. 69, p. 99-118, 1955.

Julgamento E Tomada De Decisão Dos Profissionais Da Contabilidade Na Mensuração Do Ativo Imobilizado

1 INTRODUÇÃO

Um dos objetivos da contabilidade é fornecer informações úteis à tomada de decisão dos *stakeholders*, principalmente dos gestores e investidores. No Brasil, este processo ganhou maior importância com a convergência das normas contábeis, iniciado em 2007. Isto porque, antes da adoção das IFRS predominava o uso das determinações constantes na legislação fiscal (PEREZ, FAMÁ, 2006; FREIRE et. al, 2012). Porém, a vigência da norma internacional não teve como consequência a adoção imediata dos novos padrões na contabilidade brasileira. Dentre as principais razões para isso estão a novidade do tema, a forma da condução da convergência (pouca divulgação e treinamento) (CARÍSSIMO, PINHEIRO, 2012; PRADO, TEIXEIRA, BERNARDINO, LEMES, 2011) e o aumento dos custos relacionados a controle e levantamento das informações (NAKANE, PERES, 2014).

O grau de aderência às IFRS apenas de forma parcial pode ser encontrado em relação a um item específico, como a taxa de depreciação (FREIRE et. al, 2012); em alguns ramos de atividade, como nas empresas de construção civil listadas na Bovespa (MOTA, VENTURA, CUNHA FILHO, PAULO, 2015); na adoção das diferentes formas de mensuração, como no ajuste a valor presente (ANDRADE, FONTANA, MACAGNAN, 2013; SOUZA, MAPURUNGA, PONTE, 2015) e na utilização do valor justo para os ativos (POLITTELO, KAVESKI, KLANN, 2014; TAVARES, BOENTE, PAULO, 2013).

Dentre as pesquisas relacionadas às alterações introduzidas pela IFRS no Brasil, a mensuração dos ativos é objeto de estudo frequente. Provavelmente porque estes itens costumam ser de significativa representatividade em relação ao valor total da empresa. Em função de adequações em seus ativos, as empresas podem apresentar impactos expressivos em seu resultado, como por exemplo a Vale do Rio Doce e a Gerdau, que registraram, respectivamente, perdas de R\$ 33,1 e R\$ 3,1 bilhões em 2015, em função do ajuste do valor dos ativos à nova realidade de preços das commodities e redução de demanda (ALERIGI JR, 2016; PAMPLONA, 2016).

Antes da vigência da IFRS, a mensuração destes elementos era fortemente influenciada pela legislação fiscal brasileira. Em relação a isso, a IFRS possibilita um avanço, pois possibilita a adoção de critérios que prezem pela qualidade da informação, permitindo que a contabilidade cumpra sua função de gerar informações para tomada de decisão.

1.1 Definição do Problema

A contabilidade pode ser considerada uma atividade prática, construída a partir de valores humanos e intenções (WILLIAMS *et al.*, 2006). Por isso é importante que se estude aspectos cognitivos inerentes aos seres humanos, relacionados com a realização das tarefas e atividades contábeis.

Dentre os aspectos cognitivos relacionados à execução da contabilidade estão a necessidade de JDM (TROTMAN, 1985), sendo o comportamento dos contadores um dos temas de pesquisa desta linha (ASHTON, 2010). No contexto deste estudo, o julgamento se refere à avaliação de duas ou mais opções, e a tomada de decisão, à escolha realizada entre as alternativas dadas (TVERSKY, KAHNEMAN, 1974).

Para Trotman, Tan, Ang (2011), os contadores que preparam as demonstrações contábeis são responsáveis por diversos julgamentos, como por exemplo, a identificação dos possíveis tratamentos contábeis a serem utilizados (consolidar ou não as demonstrações de

duas ou mais empresas) e das possíveis provisões para perdas e garantias. A escolha do tratamento contábil a ser utilizado, do valor da provisão por perda a ser registrada no valor do ativo (por exemplo: em um elemento do imobilizado, em função de mudanças no cenário econômico, que venham a reduzir o retorno esperado do projeto), caracterizam a tomada de decisão decorrente destes julgamentos.

Considerando uma perspectiva prática, contadores produzem informações contábeis, escolhem métodos contábeis e fazem julgamentos para melhor atingirem seus objetivos (CLOR-PROELL, 2009). Apesar da presença do julgamento, atender ao que determinam os padrões contábeis é fundamental, pois a informação deve ser relevante e confiável, apesar das diferentes interpretações possíveis. Porém, a mudança de uma contabilidade baseada em regras para uma baseada em princípios, aumentou o grau de julgamento exigido dos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis (ERNEST & YOUNG; FIPECAFI, 2010). A própria Estrutura Conceitual da Contabilidade (Res. CFC 1.374/2011, pág. 3) define que “Em larga extensão, os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos” evidenciando assim, esta necessidade de julgamento.

O próprio processo de adoção da norma internacional requer julgamentos no decorrer de sua execução. Identificar as variações relevantes, que demandam mensurações em valores diferentes do custo histórico (como o ajuste do estoque ao valor realizável; a redução do valor dos ativos decorrente do teste de *impairment*, o ajuste a valor presente dos ativos e passivos de longo prazo, entre outros), demanda julgamento. A própria adoção da IFRS em sua integralidade (ver estudos citados no início da introdução) decorre da avaliação de seus benefícios e consequências. Isto fica mais evidente nas companhias fechadas, que, mesmo sendo desobrigadas da divulgação das demonstrações contábeis, podem optar por observar as normas direcionadas às companhias abertas (LEI Nº 11.638/2007, art. 177, § 6º).

Dentre as tarefas do contador em relação à mensuração dos ativos, está a de definir o valor dos itens do imobilizado. Esta tarefa requer que seja avaliado se os elementos estão registrados por valores superiores àqueles que sejam passíveis de serem recuperados, além da identificação dos critérios que melhor determinam seu real valor de recuperação. Este é obtido com a observação de fontes externas (efeitos adversos no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal) e internas (obsolescência, dano físico; ociosidade ou descontinuação; fluxo de caixa que demonstre prejuízo com operações futuras, etc) (NBC TG 01(R3)).

Para Iudícibus (2010), a mensuração correta dos itens do patrimônio configura-se, talvez, como o ponto mais importante para a apresentação adequada da situação econômico-financeira das entidades. O imobilizado é utilizado como base para cálculo de indicadores financeiros, como ROA (retorno sobre o ativo); ROE (retorno sobre o patrimônio líquido) e ativo imobilizado líquido. Há também a influência indireta no resultado, decorrente da depreciação. Logo, alterações em seu valor podem influenciar os *stakeholders* (principalmente investidores), em suas decisões de investimentos.

O profissional da contabilidade é o responsável legal pela elaboração e conteúdo das demonstrações contábeis, porém a decisão de adotar ou não determinada norma e como operacionaliza-la é influenciada por diferentes aspectos. Além da tarefa, Bonner (1999), identifica outras duas variáveis como componentes do processo de JDM utilizados por um contador: a pessoa e o ambiente.

Espera-se que os indivíduos tratem as informações de forma objetiva e não tenham tendências, aversões ou influências, porém, várias características do profissional da contabilidade influenciam seu julgamento (BONNER, 1999; MALA, CHAND, 2015). O êxito do julgamento dos fatos contábeis dos contadores está diretamente relacionado ao nível de

conhecimento em relação ao assunto, ou à utilização de bases confiáveis para estimar ou definir critérios claros e objetivos (SILVA, NALDIS, 2012). Para os autores, diante destes fatores, identificar e escolher as melhores alternativas faz parte de uma tarefa complexa, dificultando a previsão dos possíveis efeitos ou resultados das decisões, evidenciando os limites da racionalidade.

O profissional da contabilidade também toma suas decisões em consonância com o ambiente onde atua, sendo o padrão das normas e sistema legal determinantes dos limites do julgamento (BONNER, 1999). Para a autora, variáveis ambientais como possíveis pressões dos gestores, da governança e do controle interno podem modificar os critérios utilizados pelo profissional da contabilidade na realização dos registros, influenciando o JDM.

Esta forma de executar a contabilidade, onde o julgamento está intensamente presente, traz à tona a preocupação sobre o preparo dos profissionais e com o entendimento de quais são os elementos presentes no processo de tomada de decisão destes (MACEDO, DANTAS, OLIVEIRA, 2009). Com base neste contexto, é definida a seguinte questão de pesquisa: como ocorre o JDM dos profissionais da contabilidade na mensuração do ativo imobilizado?

1.2 Objetivos

Com base no anteriormente exposto, o objetivo da pesquisa é estudar como ocorre o JDM dos profissionais da contabilidade na mensuração do ativo imobilizado.

Para atingir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar a racionalidade limitada presente no JDM dos profissionais da contabilidade na mensuração do imobilizado;
- b) Identificar as pressões isomórficas institucionais (coercitivas, normativas e miméticas) que influenciam o JDM relacionados à mensuração do imobilizado;
- c) Analisar como a racionalidade limitada e as pressões isomórficas institucionais influenciam o JDM;

1.4. Justificativa

O contexto do problema desta pesquisa é motivado pelas alterações ocorridas na contabilidade brasileira. Dentre as alterações mais relevantes estão a primazia da essência sobre a forma, a existência de normas contábeis orientadas por princípios e necessidade do julgamento por parte dos profissionais de contabilidade (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2009). Destas, a necessidade de julgamentos merece destaque.

Para Trotman, Tan, Ang (2011), compreender de que forma ocorrem os julgamentos pode gerar soluções para as deficiências detectadas, porque é necessário compreender um processo de decisão para que se possa melhorá-lo. A área contábil e de auditoria tem reconhecido cada vez mais o JDM como sendo altamente importantes na profissão, pois gestores, auditores, analistas financeiros, contabilistas e organismos de normatização fazem julgamentos e tomam decisões cruciais (MALA, CHAND, 2015).

Para auxiliar na compreensão de como ocorre este processo, serão utilizadas a Teoria Institucional e a da Racionalidade Limitada. A contabilidade é uma das formas de legitimação das organizações perante seus *stakeholders*, motivo pelo qual a Teoria Institucional pode ser utilizada para compreender e explicar as pressões presentes no JDM dos profissionais da contabilidade, bem como na elaboração das demonstrações contábeis.

Porém, ao destacar importantes influências na prática organizacional, a Teoria Institucional mostra apenas parte da história (ZORN, FLANAGIN, SHOHAM, 2010). Para os autores, características da organização também influenciam as decisões, porém a maior parte

da literatura apresenta apenas uma ou outra abordagem. Objetivando tornar este estudo mais completo, será utilizada também a Teoria da Racionalidade Limitada. Esta teoria contribuirá para compreender os aspectos relacionados à decisão do indivíduo (no caso o profissional da contabilidade). Assim, a identificação das variáveis que influenciam o JDM, considerando o contexto do ambiente (Teoria Institucional) e do indivíduo (Racionalidade Limitada), constituem a principal contribuição teórica deste estudo. Os detalhes desta interação são explicitados na próxima seção.

Se acredita que a população estudada consiste em um dos diferenciais desta tese, pois ela será composta por profissionais da contabilidade responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis. A escolha deste grupo ocorreu por dois motivos: 1) a escassez de estudos com estes profissionais; 2) a relevância de aprimorar o JDM por parte destes profissionais.

Poucos são os estudos em JDM que envolvem profissionais da contabilidade, responsáveis pelas demonstrações contábeis das empresas, pois a maior parte dos estudos na área contábil é conduzida com auditores (MALA, CHAND, 2015). A necessidade de realização de estudos com os contadores da área financeira é antiga (BONNER, 1999) e vem se mantendo nos estudos mais recentes, como foi identificado por Mala e Chand (2015). Não há dúvidas em relação à importância da auditoria na mensuração dos valores integrantes das demonstrações contábeis, uma vez que sua elaboração deve seguir as recomendações por ela determinadas. No entanto, entende-se que o contador também é parte importante deste processo.

Já a necessidade do JDM por parte dos profissionais da contabilidade foi identificada por Trotman, Tan, Ang (2011). Mesmo antes da vigência da IFRS, Iudícibus (2007) já afirmava que estes profissionais devem estar qualificados, pois provavelmente encontrarão orientações divergentes daquelas que empregavam, além de expressões e instruções complexas, que dependem de julgamento para sua aplicabilidade. Afinal, o afastamento da orientação prescritiva para uma maior utilização de julgamento - como a utilização mais frequente do valor justo - envolve estimativas menos objetivas do que o custo histórico (SEC, 2008).

Decorre desta realidade a discussão em relação a quais são os elementos presentes neste processo. É importante que as pessoas - inclusive os contadores - façam julgamentos de boa qualidade, porque eles podem afetar a reputação e o desempenho profissional, ao mesmo tempo que exercem impacto sobre outras partes interessadas (colegas de trabalho, empresários, instituição ou organização) (MALA, CHANG, 2015), além dos *stakeholders* tradicionais como investidores e proprietários.

Julgamentos de baixa qualidade podem expor os tomadores de decisão a danos em sua reputação e gerar responsabilidades legais. Escândalos contábeis motivaram ações das entidades reguladoras para melhorar a objetividade e o julgamento dos contadores. A SOX de 2002 teve como objetivo aumentar a confiabilidade da informação financeira, aumentando os requisitos de independência dos auditores externos e a responsabilidade de supervisão dos comitês de auditoria. Apesar disso, a confiabilidade dos relatórios continua sendo prejudicada, pois muitas vezes o julgamento dos preparadores e revisores fica aquém do esperado (FAY, MONTAGUE, 2015).

Consequentemente, este estudo interessa a profissionais da contabilidade, entidades de classe contábil, universidades, gestores e investidores. Para os primeiros, pode ser utilizado para que melhore a compreensão em relação a como ocorre seu próprio JDM (julgamento e tomada de decisão), possibilitando a busca por alternativas que melhorem este processo. As entidades de classe e universidades, poderá fornecer subsídios para que desenvolvam e

ofereçam novos programas de aperfeiçoamento ou materiais didáticos aos profissionais, contribuindo também para melhorar a qualidade da informação contábil gerada. Aos gestores e investidores, permitirá conhecer com maior clareza a forma de como ocorre a avaliação e elaboração das demonstrações contábeis, contribuindo para sua transparência.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção, é apresentada uma contextualização do JDM em contabilidade, a Teoria da Racionalidade Limitada, que goza de grande prestígio acadêmico e ainda é considerada atual quando se trata do processo decisório nas organizações (PROCÓPIO, 2015), e a Teoria Institucional, da qual a abordagem de Dimaggio e Powel é utilizada regularmente para estudar como ocorrem as escolhas contábeis (DUFOUR *et al.*, 2015). Estudos correlatos ao tema, o framework e as proposições da pesquisa encerram a seção.

2.1 O julgamento e a tomada de decisão em contabilidade

Dentre os aspectos cognitivos relacionados à execução da contabilidade estão a necessidade de JDM. Para Trotman, Tan, Ang (2011), são os auditores, os preparadores das demonstrações contábeis, contadores gerenciais, analistas, investidores e gestores, os responsáveis pela tomada de decisão em contabilidade.

Para Hogart (1980), julgamento e tomada de decisão são atividades inter-relacionadas, que constituem um aspecto inevitável da vida. Talvez por isso, por vezes, os dois termos sejam utilizados como sinônimos, levando a conclusão equivocada de que representam uma única etapa do processo decisório.

O termo julgamento representa o sentido de formar uma ideia, opinião ou estimativa sobre um evento ou outro tipo de fenômeno e o termo decisão refere-se a definir um curso de ação em relação ao mesmo (BONNER, 1999). Para Simon (1955) este processo é segmentado em três etapas principais, que inicia com a listagem das alternativas, a escolha dentre as alternativas e a implementação da escolha, ou seja, a decisão. Ambas funções independentes e complexas, mas inter-relacionadas (TVERSKY, KAHNEMAN, 1974).

Também está dentre os objetivos das pesquisas em julgamento e tomada de decisão contábil, o de testar teorias que possam auxiliar na compreensão dos processos que produzem o julgamento e a tomada de decisão (TROTMAN, 1998). Para o autor, pesquisadores testam diferentes teorias, buscando compreender como ocorrem as decisões.

2.2 Teoria da Racionalidade Limitada

A teoria econômica tradicional pressupõe a existência de um mercado eficiente, que tem como paradigma a racionalidade dos agentes. A partir de estudos na área da administração, economia e psicologia, passou-se a questionar a visão do Homem completamente racional e onisciente, abrindo espaço para um ser humano com racionalidade limitada, que age levando consigo todas as suas características psicológicas e limitações. Herbert Simon, em seu estudo de 1955 (*A behavioral model of rational choice*), lança dúvidas sobre a possibilidade de conhecer todas as alternativas e consequências do processo decisório, de modo a que pudesse ser atingida a decisão considerada ideal.

Ou seja, em substituição ao homem econômico da teoria clássica, Simon apresenta um homem administrativo, limitado no conhecimento de todas as alternativas e incapaz de estabelecer critérios para otimizar suas decisões. Para o proponente da teoria, este indivíduo procura tomar decisões que atendam aos padrões mínimos de satisfação, nunca de otimização. Ou seja, os limites da racionalidade do homem econômico são encontrados em sua incapacidade de dispor, em tempo hábil, de todos os dados ligados à escolha; de analisar todas as alternativas possíveis e, por fim, de comparar as consequências destas alternativas,

escolhendo a opção que poderia ser considerada ótima (SIMON, 1965). Para o autor, a racionalidade apresenta limites cognitivos (cada tomador de decisão só pode considerar um número limitado de informações), situacionais (tempo para a tomada de decisão é limitado, há o envolvimento em múltiplas atividades) e informacionais (a informação utilizada é apenas uma fração das disponível e algumas informações nunca estarão disponíveis).

March (1978) acrescenta que, a escolha intencional e antecipatória baseia-se sobre as preferências incertas do tomador de decisão por possíveis resultados futuros. Para o autor, em qualquer teoria sobre a escolha deliberada, as ações dependem dos valores do tomador de decisão, pois ele deve antecipar não somente o que acontecerá, mas também seu sentimento em relação àqueles resultados quando experimentados.

A Teoria da Racionalidade Limitada tem sido utilizada em estudos relacionados à contabilidade – inclusive envolvendo ativos. Binswanger (2012), identificou que os modelos de definição padrão do ciclo de vida dos ativos englobam decisões econômicas complexas, onde a racionalidade limitada é uma preocupação relevante. Kothari, Rammana e Skinner (2012) estudaram a incerteza relacionada aos benefícios futuros dos ativos. Identificaram que sempre há algum grau de incerteza, principalmente quando se trata dos fluxos de caixa passíveis de serem gerados. Por isso, apesar de reconhecerem a vantagem de utilizar valores de mercado em circunstâncias em que estes são baseados em preços observáveis, os autores recomendam cuidado na utilização do valor justos para os relatórios financeiros de forma mais geral.

Ou seja, alguns modelos de racionalidade limitada sugerem que a tomada de decisão sob incerteza às vezes pode ser mais fácil e mais precisa quando alguma informação é ignorada, especialmente se essa informação em seu conteúdo ou forma é desconhecida. Este fato pode facilmente ser identificado na mensuração dos ativos, com base nas pesquisas já citadas. Com base nisso e no anteriormente exposto, é definida a primeira proposição desta pesquisa:

P1: Os profissionais da contabilidade estão mais propensos a utilizarem a IFRS de forma parcial, em função da dificuldade em identificar todas as variáveis necessárias de estimar todos os impactos no resultado e no valor da empresa.

2.3 Teoria Institucional

O ambiente institucional é importante para a tomada de decisão financeira e afeta as escolhas, influenciando a quantidade e qualidade das informações (ALTMAN, 2012). No contexto da Teoria Institucional, as instituições são representadas por estruturas ou agências governamentais, legais ou profissionais que exercem e sofrem pressões de outras instituições, de grupos e do interesse público (OLIVER, 1991). A contabilidade, sob a ótica desta teoria, é uma rotina institucionalizada que forma entendimentos em relação às atividades, de acordo com conjuntos específicos de normas e procedimentos que permitem a tomada de decisões (SCAPENS, 1994).

É a busca pela legitimação que faz com que as empresas tenham tendência à similaridade (MEYER, ROWAN, 1977), caracterizando o isomorfismo. Há três mecanismos de mudança isomórfica institucional: o coercitivo, que deriva das influências políticas e do problema da legitimidade; o mimético, que resulta de respostas padronizadas à incerteza; e, o normativo, associado à profissionalização (DIMAGGIO, POWELL, 1983).

2.3.1 Isomorfismo coercitivo

É resultante de pressões formais e informais, impostas por forças legais, situações circunstanciais, expectativas sociais, mudanças no cenário organizacional, dentre outros. As

organizações se tornam isomórficas de forma coercitiva por motivos impostos por força, pressão e coerção de agentes externos (DIMAGGIO, POWEL, 1983).

Scott (2008) associa o isomorfismo coercitivo a regulação, no sentido de constranger e regularizar o comportamento. Para o autor, os processos regulamentares envolvem a capacidade de estabelecer regras, fiscalizar a conformidade, e, se necessário, manipular sanções, recompensas ou punições, em uma tentativa de influenciar o comportamento futuro.

Estudos mostram que, na contabilidade, dentre os grupos de pressão do isomorfismo coercitivo estão aqueles com capacidade de promulgar as leis, normas e regulamentos que favorecem certas práticas (TOURON, 2005); entidades regulamentadoras da contabilidade nacional, bolsa de valores, poder executivo e legislativo (DOADRIO, ALVARADO, CARRERA, 2015); os mercados financeiros (ALBU *et al.* 2011); o controle das partes interessadas principais, como fornecedores de capital, investidores, bancos e credores privados, ou autoridades fiscais (ZARZESKI, 1996); dentre outros. Ou seja, o isomorfismo coercitivo é resultado da pressão exercida sobre as organizações por seus pares (MAROUN, VAN JIJL, 2015) para adquirir legitimidade (DUFOUR *et al.*, 2015).

2.3.2 Isomorfismo normativo

Para Dimaggio e Powel (1983), este tipo de isomorfismo está relacionado à profissionalização de membros de uma mesma ocupação. Para os autores, estes membros buscam profissionalização e capacitação, recebem o mesmo conhecimento e o reproduzem nas atividades que exercem dentro de organizações diversas. Complementam ainda que este tipo de isomorfismo envolve a formação formal e a criação de uma rede de contatos profissionais. Segundo Dufour *et al.* (2015), a criação desta rede profissional leva tempo e a influência que ela exerce sobre cada agente é individualizada, em contraste com a pressão coerciva, onde a intensidade é a mesma para todos os agentes.

Normas e valores da profissão contábil influenciam práticas contábeis nos EUA e Japão (PARBOTEEAH *et al.*, 2005). Por sua vez, Dufour *et al.* (2015), afirmam que há diferenças no isomorfismo normativo entre os países, pois os níveis de formação dos membros da profissão contábil não são os mesmos em todos os lugares. No Brasil, para que possa exercer a profissão, o contador deve estar vinculado ao conselho de classe e seguir suas recomendações. O não cumprimento das resoluções e normas estabelecidas pode gerar punições que variam de advertências à cassação do registro profissional, caracterizando o isomorfismo normativo. Doadrio, Alvarado, Carrera (2015) identificaram que as associações profissionais são um exemplo da pressão normativa exercida sobre os contadores e Touron (2005), identificou que os também auditores possuem papel decisivo no surgimento de práticas contábeis.

2.3.3 Isomorfismo mimético

Resulta das incertezas de mercado, da ambiguidade organizacional e das desvantagens perante a concorrência, levando muitas empresas a imitar comportamentos ou reproduzir os comportamentos utilizados em outras organizações. Ou seja, quando a organização ou um indivíduo possui dúvidas em relação à determinada decisão a ser tomada, imita as decisões de outros tidos como referência no ambiente em que atuam (DIMAGGIO, POWEL, 1983).

Ou seja, o mimetismo ocorre em uma situação incerta, quando a organização pode decidir que é mais fácil copiar as práticas da vizinha (DUFOUR *et al.*, 2015). Para os autores, as dificuldades em avaliar o impacto de uma inovação ou a existência de incerteza sobre os benefícios de uma inovação é uma das causas deste mimetismo.

O isomorfismo mimético foi identificado em diferentes aspectos relacionados à prática da contabilidade. Callado e Pinho (2015), o identificaram na gestão de custos de micro e pequenas empresas; e Dias *et al.* (2014), nos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a atividade de mineração, principalmente na evidenciação das informações socioambientais.

No contexto da adoção das normas internacionais, Tournon (2005) identificou o isomorfismo mimético no surgimento das demonstrações financeiras consolidadas na França no início da década de 1970, quando ainda era utilizado o US GAAP e não as normatizações francesas. Concluiu que o uso de padrões internacionalmente aceitos não é uma inovação, mas simplesmente uma imitação, e que os auditores também possuem papel decisivo no surgimento de práticas contábeis, levando ao mimetismo. Doosthosseini, Khoshtinat, Mahdavi (2015) estudaram o processo de definição da norma do IASB em relação à combinação de negócios (operação em que o adquirente obtém o controle de um ou mais negócios). Concluíram que o consenso das diferentes partes interessadas caracteriza a visão encoberta de poder e o isomorfismo mimético.

O processo de adoção da IFRS ainda não está totalmente consolidado no Brasil, pois estudos constataam que as normas ainda não aplicadas em sua totalidade (POLITELO, KAVESKI, KLANN, 2014; SOUZA, MAPURUNGA, PONTE, 2015). Provavelmente isto ocorre, porque os momentos de transição das normas são caracterizados por dificuldades e o processo de adequação pode levar tempo (ERNEST & YOUNG, 2009). A incerteza em relação à melhor alternativa para mensurar os ativos em conformidade com a IFRS está presente neste ambiente, principalmente durante o processo de adequação que ainda está em andamento.

Assim, com base nos conceitos a Teoria Institucional e estudos desenvolvidos, é formada a segunda proposição desta pesquisa:

P2: O JDM do profissional da contabilidade em relação à escolha da forma de mensuração do imobilizado é influenciado por pressões isomórficas coercitivas, miméticas e normativas.

Para Scott (2008), todos os elementos que caracterizam as pressões isomórficas são importantes, sendo que, por vezes, um é mais importante que outro. Para o autor, alguns valores e normas são aplicáveis a todos os membros da coletividade, enquanto outros só se aplicam aos tipos selecionados e em graus variados. De forma análoga, sugere-se que a racionalidade limitada esteja presente de forma diferente nos indivíduos pesquisados; e também, que a influência da racionalidade limitada e das pressões institucionais ocorra de forma diferente nos contadores pesquisados.

Desta forma, enquanto as P1 e P2 foram elaboradas com base na revisão da literatura, a P3 e P4 o são com base no contexto atual de adoção da IFRS. Por ainda não estar consolidado, o JDM por parte dos profissionais da contabilidade brasileiros pode ser influenciado por diferentes pressões e pela dificuldade em estimar as consequências decorrentes de cada alternativa.

Além disso, não foram identificadas pesquisas capazes de fornecer subsídios suficientes para embasar as proposições de forma teórica, sendo as mesmas definidas com base em percepções acerca do campo de pesquisa. Assim, para identificar como as variáveis influenciam o julgamento e a tomada de decisão dos profissionais da contabilidade na mensuração de ativos, são formadas duas proposições adicionais:

P3: A racionalidade limitada está mais presente no processo de mensuração do imobilizado do que as pressões isomórficas institucionais.

P4: A pressão coercitiva está mais presente no processo de mensuração do imobilizado do que a normativa e mimética.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentadas a caracterização geral e as etapas da pesquisa, que envolvem a definição da amostra, a caracterização dos respondentes, a estruturação e validação do instrumento de pesquisa, a coleta, codificação e análise dos dados.

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa será realizada mediante a observação de fatos e fenômenos como ocorrem no mundo real, podendo ser considerada como pesquisa de campo. Foram identificadas na literatura as variáveis da Racionalidade Limitada e da Teoria Institucional, para que seja possível identificar quais delas e de que forma as mesmas estão presentes no JDM dos contadores brasileiros.

A pesquisa terá uma abordagem qualitativa, sendo operacionalizada com a realização de entrevistas individuais em profundidade, que permitem aos entrevistados evidenciar as forças isomórficas às quais sua organização tem sido exposta (DUFOR *et al.*, 2015). De forma complementar, será realizada a análise da legislação, das Notas Explicativas anexas as Demonstrações Contábeis das empresas pesquisadas, pesquisas em sites e materiais de apoio disponibilizados pelos Conselhos de Contabilidade em relação à mensuração do ativo imobilizado.

3.2 Seleção e caracterização dos entrevistados

A população desta pesquisa é formada por todos os profissionais da contabilidade brasileiros, especificamente pelos contadores financeiros, que atuam nas empresas. Destes, serão selecionados profissionais que atuam em empresas do setor industrial, prestação de serviços e entidades sem fins lucrativos, que publicam as demonstrações contábeis, portanto mais sujeitas a adotarem as determinações da IFRS.

A pesquisa será realizada com contadores de empresas de diferentes setores em função da variação do grau de aderência as normas, já identificado em pesquisas anteriores (ver ANDRADE, FONTANA, MACAGNAN, 2013; POLITELO, KAVESKI, KLANN, 2014). Esta diversidade possibilitará identificar se existem diferentes variáveis influenciando o JDM dos pesquisados em função do perfil da empresa na qual atuam. As características pessoais dos respondentes serão identificadas com o mesmo objetivo.

3.3 Estruturação e validação do instrumento de pesquisa

Para testar as proposições e responder à questão de pesquisa, serão realizadas entrevistas qualitativas. Este tipo de entrevista permite uma descrição detalhada do meio social, possibilitando uma compreensão com maior profundidade do fenômeno estudado (BAUER, GASKEL, 2002).

O questionário – semiestruturado - contará com questões objetivas e subjetivas, sendo dividido em três partes. A primeira buscará caracterizar o respondente e a empresa na qual ele atua, com perguntas que identificarão gênero, a idade, formação, experiência profissional, relação com proprietários/investidores, etc. A caracterização da empresa, segunda parte do questionário, envolve a setor de atuação, faturamento mensal, opção tributária, etc.

O objetivo destas caracterizações é identificar se determinados atributos pessoais, ou do setor de atuação da empresa estão relacionadas com a presença ou ausência das variáveis estudadas. Em pesquisa sobre práticas de reconhecimento, mensuração e apresentação de informações contábeis, por empresas espanholas ao adotarem às IFRSs, Aledo *et al.* (2009)

identificaram diferenças significativas entre setores, tamanho da empresa, tipo de parecer da auditoria e o grau de alavancagem. Os autores identificaram também que, de forma geral, estas empresas se mostraram mais propensas às escolhas que minimizassem as mudanças decorrentes da adoção das novas normas.

A terceira parte do questionário terá como objetivo identificar a racionalidade limitada e as pressões coercitivas, miméticas e normativas no JDM dos profissionais da contabilidade. Esta parte também contempla as perguntas que buscam compreender como estas variáveis influenciam de forma conjunta o JDM destes profissionais.

A utilização de um roteiro previamente estabelecido permitirá, ao mesmo tempo, preservar a comparabilidade das respostas e a realização de adaptações, de acordo com os conhecimentos e interesses de cada entrevistado. As perguntas que serão utilizadas na condução das entrevistas foram elaboradas com base na literatura, sendo apresentada uma versão prévia das mesmas no Quadro 1:

Quadro 1: Perguntas a serem utilizadas na entrevista (provisório)

Pergunta
Quais são os critérios utilizados para definir se um item deve ser registrado no imobilizado?
Os itens do imobilizado são registrados individualmente ou por unidade geradora de caixa?
O que é levado em consideração para determinar o valor pelo qual o item é registrado no imobilizado?
Como é calculada a depreciação?
Como é o levantamento e identificação das informações e variáveis necessárias a realização dos cálculos citados nas questões anteriores?
Houve alterações nos critérios e formas de registro do imobilizado após a IFRS? Quais?
Como é calculado o valor recuperável do ativo imobilizado?
Já houve alguma perda por desvalorização? Se sim, qual foi o tratamento dado a esta perda?
Em algum momento, a opinião ou recomendação de terceiros teve influência na mensuração ativo imobilizado?
Você considera que sua formação formal (graduação) tem alguma influência na forma de mensuração do imobilizado e interpretação das IFRS?
Caso houvesse discordância importante em relação ao imobilizado (registro, mensuração ou reconhecimento de perda), na sua opinião, a posição de quem prevaleceria?
Como ocorre a baixa dos itens do imobilizado?

Fonte: elaborado pela autora.

Antes de cada entrevista será realizada uma análise das demonstrações contábeis e das notas explicativas. Esta análise fornecerá subsídios técnicos adicionais para a condução das entrevistas, pois possibilitará um maior conhecimento da pesquisadora em relação às características das demonstrações contábeis que estão sob a responsabilidade de cada entrevistado. Com este procedimento, também haverá a possibilidade de identificar com maior precisão de que forma são realizadas as tarefas relacionadas à mensuração do imobilizado nas empresas pesquisadas.

Para atender critérios de qualidade, esta pesquisa adotará procedimentos de validade e confiabilidade. A validade de face e de conteúdo será obtida com a submissão do questionário a três pesquisadores, também profissionais da contabilidade, que a realizam a mensuração de ativos conforme a IFRS. Estes irão avaliar a clareza das questões, o grau de dificuldade, a possibilidade de respostas ambíguas, a extensão e completude das perguntas, identificando a necessidade de inclusão ou não de mais perguntas.

3.4 Coleta, codificação e análise dos dados

O questionário será aplicado pessoalmente pela pesquisadora, preferencialmente de forma presencial. Nos casos em que isto não for possível, a entrevista será realizada com a utilização de um software de comunicação via internet, como por exemplo o Skype™. A entrevista terá início com uma breve apresentação da pesquisadora e dos objetivos da pesquisa, seguida pela verbalização das perguntas ao entrevistado.

As entrevistas serão gravadas, transcritas e preparadas para posterior análise. Gibbs (2009) salienta a necessidade de atenção a este processo, pois, por tratar-se de uma mudança de meio, o pesquisador deve se certificar de que a transcrição retrata da forma mais próxima possível a realidade da entrevista. Para atingir este propósito, as entrevistas serão integralmente transcritas, e de forma complementar, serão registradas as impressões da transcrição, conforme recomendação do mesmo autor.

Após a transcrição, o conteúdo das entrevistas será importado para um software de análise qualitativa (como por exemplo Nvivo ou Atlas TI). O texto será codificado com base nos pressupostos teóricos da Racionalidade Limitada e Teoria Institucional. Para Bauer, Gaskell (2002), a codificação e classificação são tarefas de construção, que carregam consigo a teoria e o material de pesquisa. Assim, será possível identificar quais são os elementos previstos na teoria que podem ser relacionados ao JDM dos contadores na mensuração do imobilizado. De forma complementar, será realizada uma análise hermenêutica, para compreender, interpretar e identificar as expressões mais frequentes.

A operacionalização dos procedimentos de análise será realizada com base em Bardin (2011), que estabelece três momentos no tratamento dos dados: a pré análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré análise será realizada durante o processo de transcrição das entrevistas, quando será avaliada a completude das respostas e dos registros da pesquisadora sobre as impressões da coleta de dados. A fase de exploração do material compreende a codificação e categorização das entrevistas, com base nas quais será realizada a interpretação dos resultados, identificando a resposta ao problema de pesquisa.

Os procedimentos de coleta e classificação dos dados garantirão a confiabilidade da pesquisa, que consiste na garantia de que outro pesquisador poderá realizar uma pesquisa semelhante e chegará a resultados semelhantes. As entrevistas serão realizadas pela pesquisadora, com a utilização de um questionário semiestruturado. Também será desenvolvido um protocolo para conduzir a pesquisa, o que garantirá os mesmos procedimentos de coleta de dados com todos os entrevistados. Posteriormente, as entrevistas serão gravadas e transcritas.

A pesquisadora realizará a codificação e classificação de todas as entrevistas, sendo que uma delas será submetida a um processo de codificação duplo. Uma das entrevistas será codificada pela pesquisadora e recodificada por outro pesquisador, também profissional da contabilidade. As classificações serão comparadas para realização de possíveis alterações de critério por parte da pesquisadora.

5 RESULTADOS ESPERADOS

Se espera identificar que a IFRS não é plenamente atendida. Principalmente porque, dada a cultura contábil brasileira, a realidade econômica, jurídica e a forte influência das regras tributárias, é muito difícil fazer com que as novas normas sejam aplicadas integralmente (IUDÍCIBUS, 2007). Realidade evidenciada nos estudos que identificaram a adoção parcial da IFRS (por exemplo POLITELO, KAVESKI, KLANN, 2014; SOUZA, MAPURUNGA, PONTE, 2015; TAVARES, BOENTE, PAULO, 2013).

A exemplo de estudos anteriores, citados ao longo do trabalho, espera-se que estejam presentes todos os tipos de pressões isomórficas no JDM dos contadores pesquisados. Este resultado é esperado pois as pressões coercitivas são praticamente inerentes a execução da contabilidade. A não observância das normas e leis estabelecidas em relação a forma de elaboração das demonstrações pode resultar em sanções para o contador e para a empresa. Apesar disso, se acredita que a IFRS não esteja sendo atendido em sua plenitude.

Ainda em relação à pressão coercitiva, espera-se identificá-la também por parte dos fornecedores de capital, proprietários ou acionistas, mas principalmente em relação aos primeiros. Isto porque, no Brasil, a propriedade das empresas está concentrada em indivíduos ou grupos familiares, que podem, em função de seus interesses, pressionar os contadores a seguirem determinações por eles impostas. Acredita-se que as pressões miméticas também estejam presentes, porém em menor grau.

Espera-se ainda que as variáveis relacionadas à racionalidade limitada sejam as mais presentes na mensuração do imobilizado e estoques, principalmente pela dificuldade em estimar todas as variáveis envolvidas. Além disso, embora não façam parte do escopo de estudo deste trabalho, os efeitos fiscais da adoção de valores diferentes do histórico provavelmente não são desprezados pelos contadores.

Dentre as pressões isomórficas institucionais, espera-se que a coercitiva esteja presente em maior intensidade, pelos motivos anteriormente explicitados. Como resultado geral, espera-se encontrar diferentes graus de utilização da norma internacional e quando ela for utilizada em sua plenitude, espera-se que os critérios e modelos utilizados sejam influenciados por diferentes variáveis, em diferentes graus.

REFERÊNCIAS.

ALBU, N.; ALBU, C, C, N.; BUNEA, S.; CALU, D. A.; GIRBINA, M. M. A story about IAS/IFRS implementation in Romania. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, v.1, n. 1, p. 76–100, 2011.

ALEDO, J.; GARCÍA-MARTÍNEZ, F.; DIAZARAQUE, J. M. M. Firm-specific factors influencing the selection of accounting options provided by the IFRS: empirical evidence from Spanish Market. **Documentos de Trabajo**, Madri, Banco de España, n. 26, 2009. Disponível em: <http://www.bde.es/f/webbde/SES/Secciones/Publicaciones/PublicacionesSeriadas/DocumentosTrabajo/09/Fic/dt0926e.pdf>. Acesso em 12/01/2016.

ALERIGI JR, A. Gerdau tem prejuízo ajustado de R\$ 41 mi no 4º tri e reduz investimento em 2016. **Uol Economia**. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2016/03/15/gerdau-tem-prejuizo-ajustado-de-r-41-mi-no-4-tri-e-reduz-investimento-em-2016.htm>. Acesso em 20/03/2016.

ALTMAN, M. Implications of behavioural economics for financial literacy and public policy. **The Journal of Socio-Economics**, v. 41, n. 5, p. 677-690, 2012.

ANDRADE, A. F.; FONTOURA, F. B.; MACAGNAN, C. B. Um estudo sobre a evidenciação do ajuste a valor presente nas empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 62-80, 2013.

ASHTON, R. H. Quality, timing, and luck: looking back at Ashton (1974). **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 29, n. 1, p. 3-13, 2010.

- BAUER, M. W.; GASKELL, G (Edts). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: editora 70ª ed, 2011.
- BINSWANGER, J. Life cycle saving: Insights from the perspective of bounded rationality. **European Economic Review**, v. 56, n. 3, p. 605-623, 2012.
- BONNER, S. E. Commentary: judgment and decision making research in accounting. **Accounting Horizons**, Flórida, v.13, n. 4, p. 385-398, 1999.
- CALLADO, A. A. C.; DE PINHO, M. A. B. Evidências de isomorfismo mimético sobre práticas de gestão de custos entre micro e pequenas empresas de diferentes setores de atividade. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 119-137, 2015.
- CARÍSSIMO, C. R.; PINHEIRO, L. E. T. IFRS Para Pequenas e Médias Empresas: Um estudo através dos Escritórios Contábeis de Minas Gerais. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 4, n. 48, p. 6-15, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC N.º 1.292 de 06/11/2015 - Aprova a **NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/NBCTG01\(R3\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/NBCTG01(R3)). Acesso em 22/01/2016.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC N.º 1.374/11. Dá nova redação à **NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2011/001374. Acesso em: 21/01/2016.
- CLOR-PROELL, S. M. The effects of expected and actual accounting choices on judgments and decisions. **The Accounting Review**, Flórida, v. 84, n. 5, p. 1465-1494, 2009.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutioinal isomorphism and collective rationality in organizational field. **American Sociological Review**, Washington ,v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.
- DOADRIO, L.; ALVARADO, M.; CARRERA, N. Reforma de la normativa contable española: análisis de su entramado institucional. **Revista de Contabilidad**, v. 18, n. 2, p. 200-216, 2015.
- DOOSTHOSSEINI, K. KHOSHTINAT, M.; MAHDAVI, G. Political Consensus through Setting International Accounting Standards: the Case of IAS22, *International Economic Studies*, v. 44, n. 1, p. 38-53, 2014.
- DUFOUR, D.; TELLER, P.; LUU, P.. A Neo-institutionalist Model of the Diffusion of IFRS Accounting Standards. *Computational Economics*, V. 44, N. 1, p. 27-44, 2015.
- DIAS, C. P.; LIMA FILHO, R. N.; PINHEIRO, F. M. G.; SILVA, T. B. de J.; MOREIRA, R. do C. Evidenciação De Informações Socioambientais, Teoria Da Legitimidade E Isomorfismo: Um Estudo Com Mineradoras Brasileiras. IN: **Congresso UFSC de Controladoria e Contabilidade**. Disponível em: http://www.dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/901/2014042_5161338.pdf. Acesso em 21/03/2016.
- ERNEST & YOUNG. IFRS Journal. Setembro e outubro de 2009, n. 8. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=A+behavioral+model+of+rational+choice&ie=utf->

OLIVER, C. Strategic Responses to Institutional Processes. *The Academy of Management Review*, v. 16, n. 1, p. 145, 1991.

PARBOTEEAH, K. Praveen; CULLEN, John B.; VICTOR, Bart; TOMOAKI, Sakano. National culture and ethical climates: A comparison of U.S. and Japanese accounting firms. *Management International Review*, v. 45, n. 4, p. 459–480, 2005.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. Ativos Intangíveis e o desempenho empresarial, *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v.17, n. 40, p. 7-24, 2006.

POLITELO, Leandro; KAVESKI, Itzhak David Simão; KLANN, Roberto Carlos. Evidenciação do valor justo de ativos financeiros das empresas listadas na BM&FBovespa. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 12, n. 28, p. 318-347, 2014.

PRADO, Thiago Alberto dos Reis; TEIXEIRA, Bruno Ricardo; BERNARDINO, Flavia Ferreira Marques; LEMES, Sirlei. A Utilização do Pronunciamento do CPC Para as pequenas e médias empresas: um estudo nas cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia - MG. IN: XIV Semead: Ensino e Pesquisa em Administração, São Paulo, 2006. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/14semead/resultado/an_resumo.asp?pagina=44. Acesso em 15/12/2015.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28/12/2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15/12/1976, e da Lei no 6.385, de 7/12/1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm. Acesso em 22/01/2016.

PAMPLONA, Nicola. Vale tem prejuízo de R\$ 44 bi em 2015, com perdas concentradas no 4º tri. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1743138-vale-reverte-lucro-e-encerra-2015-com-prejuizo-de-r-44-bilhoes-por-cambio.shtml>. Acesso em 10/03/2016.

PROCÓPIO, Marcos Luís. A dimensão moral das decisões administrativas e os limites da Racionalidade Limitada. IN: V Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, Florianópolis, 2015. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://coloquioepistemologia.com.br/site/wp-content/uploads/2015/03/RAC-1318.pdf>. Acesso em 10/01/2016.

SCAPENS, Robert W. Never mind the gap: towards an institutional perspective on management accounting practice. *Management Accounting Research*, Flórida, v. 5, n. 3, p. 301-321, 1994.

SCOTT, W. Richard. **Institutions and Organizations: Ideas and Interests**. 3ª ed. London: Sage, 2008.

SEC. **Final report of the advisory committee on improvements to financial reporting to the United States Securities and Exchange Commission**. Washington. 2008. Disponível em: <https://www.sec.gov/about/offices/oca/acifr/acifr-finalreport.pdf>. Acesso em 16/10/2015.

SILVA, Adilson Aderito da; NALDIS, Vanessa Boni. Incerteza e Racionalidade Limitada: um estudo empírico no setor financeiro. **Organizações em Contexto**. São Bernardo do Campo, v. 8, n. 15, p. 43-63, 2012.

SIMON, Herbert A. A behavioral model of rational choice. *Quarterly Journal of Economics*, New York, v. 69, p. 99-118, 1955.

SIMON, Herbert Alexander. **Comportamento administrativo, estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1965.

SOUZA, Falber Cristiano Oliveira de; MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha; PONTE, Vera Maria Rodrigues. Aderência ao *disclosure* Relativo à ajuste a valor presente nas empresas listadas na Bm&Fbovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 8, n. 21, p. 14-24, 2015.

TAVARES, Márcia Ferreira Neves; BOENTE, Diego Rodrigues; PAULO, Edilson. Valor justo: um estudo sobre a aplicação retrospectiva da IFRS 13 no setor bancário no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, Curitiba, v. 12, n. 3, 2013.

TOURON, Philippe. The adoption of US GAAP by French firms before the creation of the International Accounting Standard Committee: an institutional explanation. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 16, n. 6, p. 851-873, 2005.

TROTMAN, Ken T. The review process and the accuracy of auditor judgments. **Journal of Accounting Research**, v. 23, n. 2, p. 740-752, 1985.

TROTMAN, Ken T.; TAN, Hwee C.; ANG, Nicole. Fifty-year overview of judgment and decision-making research in accounting. **Accounting & Finance**, v. 51, n. 1, p. 278-360, 2011.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel A. Judgment under uncertainty: heuristics and biases. **Science**. v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 1974.

WILLIAMS, Paul F.; JENKINS, J. Gregory; INGRAHAM, Laura. The winnowing away of behavioral accounting research in the US: The process for anointing academic elites. **Accounting, Organizations and Society**, London, v. 31, n. 8, p. 783-818, 2006.

ZARZESKI MT. Spontaneous harmonization effects of culture and market forces on accounting disclosures practices. **Accounting Horizons**, v. 10, n. 1, p. 18-37, 1996.

ZORN, Theodore E.; FLANAGIN, Andrew J.; SHOHAM, Mirit Devorah. Institutional and noninstitutional influences on information and communication technology adoption and use among nonprofit organizations. **Human Communication Research**, v. 37, p. 1-33, 2010.